

CPI está dando vinte vezes mais trabalho

Tarcísio Holanda

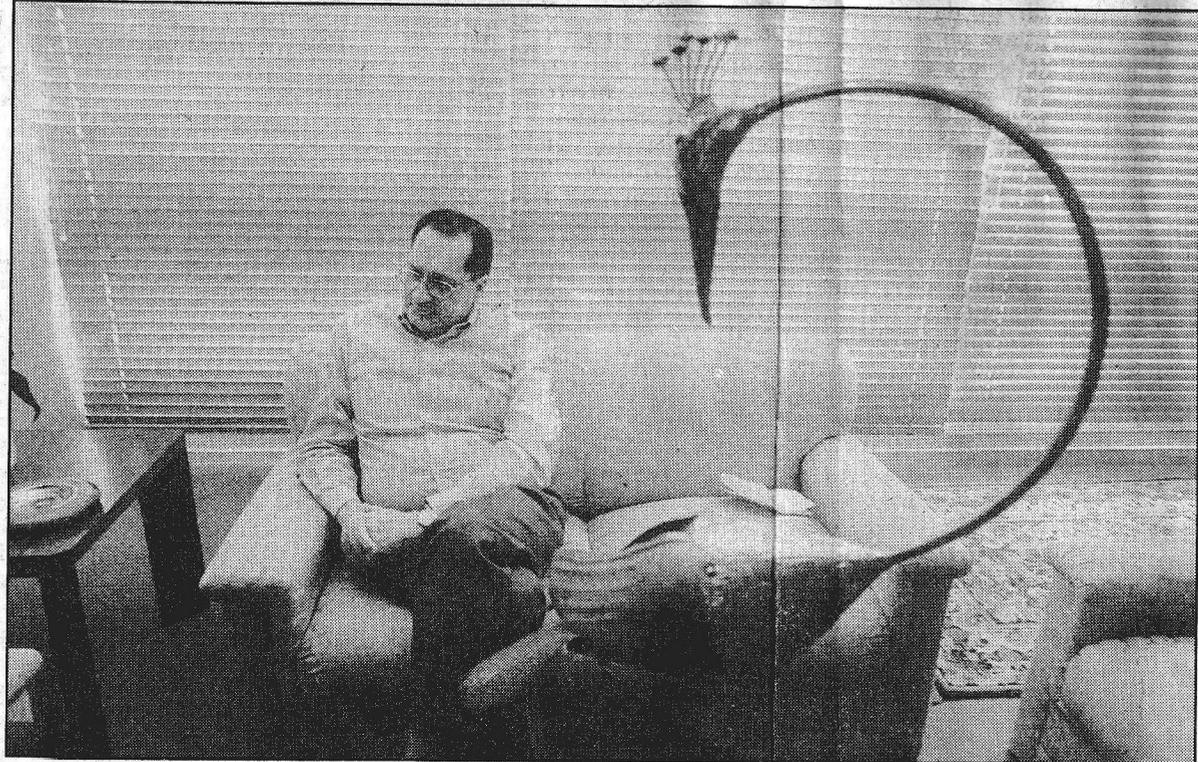
Quando foi formada a CPI que investiga o tráfico de influência e atos de corrupção na Comissão Mista de Orçamento, seu relator geral, o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) já sabia que o volume de tarefas a serem realizadas não seria pequeno. Mesmo assim, estava longe de imaginar que a missão fosse tomar a proporção que tomou. "O acervo de trabalho já realizado e a realizar supera em pelo menos vinte vezes a previsão inicial", calcula o relator, classificando a tarefa de "sobre-humana", não só para os membros da CPI, mas para assessores que se revezam em um trabalho diuturno de coletas de dados e de investigação. "Esta é a tônica que domina o espírito de todos, do presidente ao relator e ao mais modesto funcionário", define Magalhães.

"Quando foi constituída a CPI, jamais imaginamos que teríamos de investigar mais de 50 pessoas, entre parlamentares, políticos e funcionários, além de entidades beneficiárias e algumas organizações empresariais, a começar pela Construtora Odebrecht," advertiu Magalhães. Ao conceder entrevista exclusiva ao **CORREIO BRASILENSE**, o relator enalteceu a decisão que a CPI acaba de adotar de apresentar só um relatório concluindo suas atividades, ao invés de apresentar dois ou mais relatórios parciais, como estava anteriormente acertado.

Para que se tenha uma idéia do vulto dessa tarefa, Roberto Magalhães afirma que o Prodasen, que é o maior organismo de informática da América Latina, está trabalhando, em regime de tempo integral, praticamente só para a CPI do Orçamento.

"Já conseguimos identificar o chamado esquema de subvenções, totalmente rastreado, com sua radiografia realizada e distinguidos os elos da cadeia. Ago-

JEFFERSON RUDY



Roberto Magalhães, em sua casa: rastreado já o esquema das subvenções, empreiteiras abrem uma nova etapa

ra, estamos penetrando a fundo no outro esquema, chamado das empreiteiras, que é muito mais fundo, mais amplo e sofisticado do que o das subvenções. Em relação às empreiteiras, vamos trazer o público o que talvez possamos chamar de cartel, o que, para mim, não constitui surpresa, porque a economia brasileira é altamente cartelizada. Basta lembrar o cartel da indústria automobilística, o cartel da indústria farmacêutica, o cartel da indústria do vidro. O cartel se organiza para dominar o mercado e exercer controle sobre os preços, liquidando a concorrência, que se fundamenta na lei da oferta e da procura.

A situação se agrava quando se trata de cartel de empreiteiras, segundo Roberto Magalhães, "elas aí se aliam para dominar o mercado e os preços e atender seus objetivos". E vão além disso, uma vez que criam instrumentos para controlar os órgãos do poder público que deveriam fiscalizá-las.

"É por aí — adverte o relator geral — que se cria a espúria aliança entre empreiteiros, parlamentares e servidores públicos visando a influir nas decisões do Executivo. Os quartéis ditam as normas de licitações, influem na liberação das verbas, definem as obras e os

seus valores, enfim, submetem a seu controle os órgãos que deveriam fiscalizá-los. Conseguem, assim, a conivência de órgãos públicos e de políticos para satisfazer suas conveniências. Conseguem obras em concorrências fraudadas, acabando com a competição, ao mesmo tempo em que liberam as verbas. Na verdade, as concorrências passam a ser divididas entre as empresas, que as controlam".

O deputado Roberto Magalhães está certo de que a principal missão da CPI do Orçamento estará alcançada quando ela conseguir desmontar os dois esquemas identificados — o das subvenções e o do cartel das empreiteiras. A CPI, segundo o deputado pernambucano, "tem a missão de propor profundas alterações na estrutura do Estado Nacional, a começar pela elaboração do Orçamento da União, que não pode ser entregue ao poder de decisão de um pequeno grupo, mas de todo o Congresso, sob a fiscalização da opinião pública, em um processo transparente que inclua clareza nas liberações de verbas e lisura nas concorrências públicas".

Roberto Magalhães, anunciou, ontem, que além da extinção da Comissão Mista de Orçamento, vai propor, no relatório con-

clusivo que apresentará até o dia 17 de janeiro mudanças na legislação sobre financiamento de campanhas e "normas mais transparentes na elaboração do Orçamento, de modo a evitar a concentração de poderes em grupo limitado de pessoas, que costuma gerar facilidades e a corrupção".

Roberto Magalhães elogia a decisão da CPI em desistir de um relatório parcial no dia 20 de dezembro, para proferir um relatório conclusivo no dia 17 de janeiro, numa deliberação arquitetada pelo PPR, PMDB e PFL, que são os maiores partidos. "Acho que o surgimento de novos suspeitos nos documentos da Odebrecht foi decisivo, além de evitar que houvesse dois julgamentos", avalia o relator, reconhecendo que a atitude, certamente, trará desgaste para a CPI junto à população.

O deputado Roberto Magalhães não acredita que o sentimento corporativo venha a gerar resistências no Congresso contra a punição dos culpados, que forem apontados pela CPI. Ainda que algum partido se disponha a atuar em favor de seus membros, a maioria esmagadora da Comissão, segundo o relator geral, "votará com sentimento de responsabilidade suprapartidário".